

'Moderados' decidem apresentar novo substitutivo

BRASÍLIA — Uma parcela do grupo "moderado", insatisfeita com o projeto do Relator Bernardo Cabral e com os resultados das votações na Comissão de Sistematização, decidiu apresentar um novo substitutivo, que seria apreciado diretamente pelo plenário da Constituinte.

A proposta, encabeçada pelo Deputado Afif Domingos (PL-SP), só será viável se o Regimento for alterado, com a aprovação do requerimento do Deputado Álvaro Valle (PL-RJ), encaminhado ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, há mais de dois meses.

Valle conseguiu um terço das assinaturas dos 559 constituintes para seu projeto de resolução, que prevê a possibilidade de apresentação de um novo substitutivo, total ou parcial, por títulos e capítulos.

A proposta foi discutida na quinta-feira, numa reunião com os Deputados José Lins (PFL-CE), Darcy Pozza (PDS-RS), Afif Domingos (PL-RJ), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Luís Eduardo (PFL-BA) e Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

Segundo José Lins, a maior preocupação do grupo é com a tendência socializante e estatizante da Comissão, que, a seu ver, tem tomado decisões que se aproximam da xenofobia. Lins critica as pregações da "esquerda", que faz da nova Carta bandeira política, sem se preocupar com as conseqüências para o País.

O Deputado explicou que o grupo discutiu quatro hipóteses: o pinçamento de alguns artigos e sua apresentação em bloco; a confecção de um substitutivo parcial por capítulos; a alteração de títulos inteiros e, em últi-



Foto de Sérgio Marques
Celso Dourado dorme, enquanto outros lêem jornal

mo caso, um novo substitutivo.

Disse ainda que a assessoria do grupo já está trabalhando na confecção do novo texto, tendo como base as emendas apresentadas desde a fase das subcomissões temáticas.

Para Luís Eduardo, o mais importante é que se encontre uma fórmula capaz de evitar os absurdos aprovados pela Comissão, exemplificando com o capítulo dos Direitos Sociais e com a aprovação do voto facultativo aos 16 anos.

Mas ele acha que não se pode se dedicar a uma única estratégia: além de se fazer outro substitutivo, é necessário concentrar fogo na votação da Comissão, desorganizada e sem coordenação, capaz de unir a maioria moderada.

Luís Eduardo criticou também o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, que, na discussão acalorada que teve com o Relator Bernardo Cabral, na sessão da sexta-feira, acabou denunciando a estratégia do grupo.

José Lourenço discutiu com o Cabral e falou, em alto e bom tom, que estávamos fazendo outro substitutivo. Com isso ele derrubou a estratégia. Falou o que não devia, na hora que não devia.

Mantida proibição de voto a conscrito

BRASÍLIA — Na sessão de estréia do sistema eletrônico de votação, ontem de manhã, a Comissão de Sistematização manteve a proibição do voto para quem estiver prestando serviço militar obrigatório e derrubou a exigência da idade mínima de 18 anos para candidatos a Vereador e Juiz de Paz, uma proposta do Relator Bernardo Cabral.

A proposta permitindo o voto dos conscritos foi apresentada pelo deputado Néilton Friedrich (PMDB-PR) e defendida pelos deputados Paulo Ramos (PMDB-RJ) e Celso Dourado (PMDB-BA). Eles utilizaram como argumento a aprovação, na véspera, do voto a partir dos 16 anos de idade.

— Não podemos, depois de termos concedido o direito de voto aos maiores de 16 anos, cassá-lo num momento importante como o de servir à Pátria. Nenhum cidadão pode ser privado de seus direitos políticos, nem mesmo os conscritos — disse Ramos.

Contra a proposta, falaram o Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) e o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA). Lima Filho afirmou que o voto é "incompatível com a disciplina militar" e defendeu a despolitização das Forças Armadas. "No dia em que os quartéis se politizarem novamente vão prevalecer os argumentos da força, jamais os da razão", disse. Lourenço também argumentou com a necessidade de evitar que a política seja discutida dentro dos quartéis.

A única alteração no texto do substitutivo aprovada ontem foi a retirada de dispositivo que estabelecia em 18 anos a idade mínima para os candidatos a Vereador e Juiz de Paz.

Grupo 'Centro-esquerda' atua como um pêndulo

BRASÍLIA — "E para colocar ou para tirar? Se for para tirar, então concordo", disse certa vez o Presidente Tancredo Neves ao Deputado Ulysses Guimarães, que o consultava sobre modificações num documento a ser divulgado pelo então MDB, após reunião em que havia discutido sua autodissolução, no Governo Médici.

A frase vem sendo lembrada pelo Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) para explicar posições do grupo que, até agora, vem dando o tom nas votações da Comissão de Sistematização, ora aliando-se à esquerda, como na votação que manteve a estabilidade no emprego prevista no projeto, ora juntando-se aos moderados para derrotar a jornada de trabalho de 40 horas, por exemplo.

— Não temos nenhuma preocupação com acusações da esquerda ou da direita. O que nos move são dois pontos: não deixar que a Constituição vire uma enciclopédia e consagrar no texto o que a sociedade já conquistou — explica Pimenta da Veiga.

Eles se intitulam de centro-esquerda, mas às vezes são chamados de moderados pelos progressistas e de progressistas pelos moderados. Sentam-se na primeira fila do plenário e têm seu núcleo principal no grupo de peemedebistas — alguns deles identificados com as correntes progressistas do partido no passado — que assessoram o Líder interino na Constituinte, Euclides Scalco. O grupo é integrado pelos Deputados Pimenta da Veiga, Egídio Ferreira Lima, Nelson Jobim, Antônio Britto, José Serra e Artur da Távola, além do próprio Scalco (que é suplente) e do Senador José Richa, entre outros que não trabalham nas negociações, mas a eles se juntam nas votações.

— Quando eles pendem para o nosso lado, nós ganhamos. Quando não pendem, perdemos — afirma o Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), para quem este grupo representa o centro administrador do consenso e está jogando para manter o projeto de Bernardo Cabral.

— Por enquanto, estão pendendo mais para o nosso lado — reconhece o Deputado Paulo Paim (PT-SP), explicando que a tática da esquerda tem sido votar em primeiro lugar suas propostas ideais — como a estabilidade plena no emprego após 90 dias e a jornada de 40 horas — para, em seguida, aliar-se ao centro em torno das intermediárias, como a manutenção da estabilidade prevista no projeto. Nas primeiras votações da Constituinte, este grupo, aliado a constituintes do PFL, como Alcen Guerra e José Tomas Nonno — que sempre destoam das posições de seu partido — e o Senador Carlos Chiarelli (nas votações sobre direitos dos

trabalhadores), foi decisivo para os progressistas.

Nas contas de um dos integrantes do PMDB, são 25 os constituintes de esquerda do partido na Sistematização, que, somados a mais oito de outros partidos, fazem 33 votos, 14 a menos do que o necessário para aprovar qualquer destaque. Os votos restantes, como no caso da aprovação da jornada de trabalho de 44 horas e da rejeição da emenda dos empresários gáuchos que pretendia acabar com a estabilidade, foram dados pelo chamado centro.

A atuação de pêndulo do grupo ligado à liderança do PMDB tem pregado sustos tanto em moderados quanto em progressistas. Na votação da estabilidade, por exemplo, fizeram acordo com os moderados em torno do texto do substitutivo 1, que remetia a questão à lei ordinária. Inviabilizada esta proposta, os mode-

«Temos dois objetivos: impedir que a nova Carta seja uma enciclopédia e consagrar no texto as conquistas da sociedade»

rados esperavam o apoio deste grupo para a emenda de sua preferência, a de Max Rosenman (PR), quando foram surpreendidos por sua decisão de apoiar o texto atual.

— Foi um erro tático nosso. Se continuar assim, nesse confronto direto, corremos o risco do pior para nós — afirma o moderado Ricardo Izar (PFL-SP).

Preocupados com os últimos resultados, os moderados já começam a rearticular sua estratégia. Na última quinta-feira, a bancada do PFL na Sistematização ficou reunida até de madrugada na casa de Izar tentando convencer alguns de seus constituintes, que eventualmente votavam com os progressistas, a seguirem a orientação partidária. Ficou combinado que, na maior parte das decisões, a bancada estará liberada para votar como bem entender, mas que nas questões polêmicas, haverá

reuniões prévias onde a posição será tomada por maioria para que seja seguida por todos.

As principais preocupações do PFL eram Alcen Guerra, Tomas Nonno e Chiarelli. Também destoam de vez em quando da bancada os votos da Deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) e do Presidente da Sistematização, Afonso Arinos. A aprovação da jornada de trabalho de 44 horas, que, se não foi o ideal para os progressistas, é considerada uma conquista razoável, também é lembrada pelos moderados como "um lindo acordo executado", segundo as palavras de Izar. Antes da votação, o Deputado José Serra (PMDB-SP) procurou alguns moderados e informou-lhes que, se continuassem insistindo na jornada de 48 horas, seria aprovada a de 40 horas. Fechou-se então o acordo em torno das 44 horas, que inviabilizou as propostas dos progressistas de 40 e 42 horas. Nem mesmo o fato de terem sido, no passado, integrantes das correntes progressistas do PMDB faz com que o grupo que hoje está no centro hesite em ir à tribuna criticar propostas da esquerda.

O Deputado Egídio Ferreira Lima, por exemplo, já subiu à tribuna para encaminhar contra a proibição de penhora para as propriedades rurais até 25 hectares, contra a obrigação de que o nome do pai, independentemente do estado civil, figure no registro de nascimento do filho e contra a jornada de trabalho de 40 horas. Responde às críticas afirmando que é preciso fazer uma Constituição "dentro da realidade do País", sem descer a detalhes que mais tarde vão torná-la "vulnerável e esclerosada". Em relação aos direitos dos trabalhadores, acha que "é preciso deixar para eles espaço para que muitas coisas sejam conquistadas pelo movimento sindical e não por paternalismo".

— Isto não é ser moderado. Estamos fazendo uma Constituição dentro de estruturas seculares. É preciso não perder de vista que não fizemos uma revolução — afirma Egídio, acrescentando que seu grupo só vota contra as propostas progressistas quando estas representam exageros.

